



TJMA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão
PJe - Processo Judicial Eletrônico

26/11/2025

Número: **0000175-88.2007.8.10.0100**

Classe: **AÇÃO CIVIL PÚBLICA**

Órgão julgador: **Vara Única de Mirinzal**

Última distribuição : **26/04/2007**

Valor da causa: **R\$ 50.000,00**

Assuntos: **Anulação**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO MARANHAO (AUTOR)			
MUNICIPIO DE CENTRAL DO MARANHAO (REU)			
SICOPE - SANDRA ISABEL CONSULTORIA PEDAGOGICA LTDA - ME (REU)		HENRIQUE CARDOSO DE MACEDO NETO (ADVOGADO) FERNANDA PATRICIA ALVES SEREJO (ADVOGADO)	
JONATAN PAZOLINE FLOR SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)		ARMSTRONG JORZINO CARNEIRO LEMOS (ADVOGADO)	
VALDEIR BRAGA LOUZEIRO (TERCEIRO INTERESSADO)		ARMSTRONG JORZINO CARNEIRO LEMOS (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
166390848	25/11/2025 17:14	Decisão	Decisão

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

VARA ÚNICA DA COMARCA DE MIRINZAL

Rua Sousândrade, s/n, Centro, CEP 65265-000, Fone: (98) 2055-4138, e-mail:
vara1_mir@tjma.jus.br

Processo nº 0000175-88.2007.8.10.0100

[Anulação]

AÇÃO CIVIL PÚBLICA (65)

REQUERENTE: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

REQUERIDO: MUNICIPIO DE CENTRAL DO MARANHÃO e outros

DECISÃO

I. RELATÓRIO

Trata-se de Ação Civil Pública em fase de execução de título judicial consolidado, resultante de condenação anterior e descumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado em 2018.

O Município de Central do Maranhão, por intermédio de seu Procurador, apresentou pedido visando à suspensão do processo e da multa imposta, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias. A justificativa reside na necessidade de concluir a elaboração de projetos de lei para reformular o Plano de Cargos e Carreiras dos Professores e o Estatuto do



Magistério Municipal, leis que estariam desatualizadas frente ao Novo FUNDEB (Lei nº 14.113/2020), alegando risco de prejuízo ao erário se o concurso fosse realizado sem a prévia adequação legislativa (Id. 154192948).

Paralelamente, Jonatan Pazoline Flor Silva e Valdeir Braga Louzeiro requereram habilitação no feito na qualidade de *Amicus Curiae* (amigos da corte), com fundamento no artigo 138 do Código de Processo Civil (CPC), citando a inegável repercussão social e relevância da controvérsia sobre a realização do concurso público (Id. 156018408).

O Ministério Público manifestou-se pelo deferimento parcial da suspensão processual, limitando-a ao prazo de 90 (noventa) dias, mas pugnou pela manutenção da multa diária já fixada. O *Parquet* manifestou-se, ainda, pelo indeferimento do ingresso dos requerentes como *amicus curiae* (Id. 161481543).

Os autos vieram conclusos.

É o relatório. Passo a decidir.

II. FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - DO PEDIDO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO

O pleito municipal de suspensão baseia-se na necessidade de realizar a alteração do Plano de Carreira e do Estatuto do Magistério. O Ministério Público reconhece que a elaboração desses projetos de lei constitui medida relevante para viabilizar a realização do concurso público dentro dos parâmetros da legalidade. A adequação da legislação é vista como uma etapa obrigatória e saneadora antes de preencher as vagas, evitando que a contratação de pessoal se dê de forma inadequada ou gere problemas de gestão e desvios de recursos, uma vez que a folha de pagamento da Educação (custo custeado pelo FUNDEB) deve ser otimizada e legalmente compatível com o valor recebido do Fundo.

Entretanto, o processo tramita há longos anos, e o descumprimento da obrigação estabelecida na sentença e no TAC de 2018 já ultrapassa 2.200 dias. Assim, o prazo de 180 dias postulado pelo Município redundaria em retrocesso no andamento da demanda.

Dessa forma, acolho parcialmente o pleito do Município e a manifestação do Ministério Público no que tange ao prazo, **defiro** parcialmente o pedido para suspender o curso do processo pelo prazo improrrogável de 90 (noventa) dias, o qual é considerado razoável para que a municipalidade avance nas tratativas de adequação legislativa.

Quanto ao pedido de suspensão da multa, considerando a necessidade de proporcionar ao Município um ambiente de trabalho legislativo focado na adequação legal exigida (Novo FUNDEB), e visando a máxima efetividade do cumprimento da obrigação principal sem a pressão imediata das astreintes, **defiro** a suspensão da incidência da multa diária pelo mesmo prazo de 90 (noventa) dias.



II.2 - DA SOLICITAÇÃO DE INGRESSO DE AMICUS CURIAE

O pedido de ingresso de terceiros na qualidade de *amicus curiae* foi formulado com fundamento no artigo 138 do Código de Processo Civil, citando a inegável repercussão social e relevância da controvérsia sobre a realização de concurso público. Os requerentes alegaram possuir legitimidade, visto que um é vereador e tem acompanhado a questão, e o outro foi signatário do TAC.

O Ministério Público manifestou-se pelo indeferimento do pedido, por ausência de utilidade prática e risco de procrastinação da execução.

Contudo, a intervenção do *amicus curiae* é admitida em hipóteses excepcionais, voltada primordialmente à fase de conhecimento, para fornecer subsídios técnicos e jurídicos capazes de auxiliar o julgador em matérias de relevante impacto social ou constitucional. O presente caso, no entanto, trata-se de execução de título judicial previamente celebrado (TAC), voltado à efetivação judicial de uma obrigação consolidada.

A intervenção do *amicus curiae*, prevista no artigo 138 do CPC, está intrinsecamente ligada à necessidade de fornecer subsídios sobre questões de alta complexidade que envolvam relevância, especificidade ou repercussão social para aprimorar o julgamento de mérito. Nesta fase processual, a matéria já está preclusa ou incontroversa, e o debate é restrito a questões operacionais e coercitivas. A intervenção postulada, ao revés de auxiliar, poderia gerar dilações indevidas, desviando o foco da execução e retardando a efetividade da decisão judicial.

Portanto, as peculiaridades da fase processual e a natureza do título judicial já formado afastam a necessidade e a utilidade da intervenção postulada.

III. DECISÃO

Pelo exposto, **DEFIRO PARCIALMENTE** o pedido formulado pelo Município de Central do Maranhão para conceder a suspensão processual e da multa diária pelo prazo de 90 (noventa) dias, devendo a sua incidência ser retomada automaticamente após o término do período de suspensão, caso a obrigação não seja comprovadamente adiantada ou cumprida.

Ademais, em atenção a manifestação ministerial (Id. 161481543), **DETERMINO** que, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir desta decisão de suspensão, o Município apresente a documentação detalhada requerida pelo Órgão Ministerial, incluindo: cópias de portarias subsequentes à Portaria SEMED – 016/2022, cópia das Atas de todas as reuniões realizadas pela Comissão desde 2022, cronograma com datas específicas para as próximas etapas, a minuta mais atualizada do Projeto de Lei do Novo Plano de Cargos e Carreira, o Estudo de Impacto Orçamentário-Financeiro (EIOF) e cópia de pareceres da Procuradoria-Geral do Município (PGM) ou consultorias técnicas que atestem a legalidade e a conformidade com o FUNDEB, comprovante da data exata de protocolo das minutas



no Gabinete do Prefeito, cópia do Ofício a ser expedido à Câmara Municipal e comprovantes de que a discussão dos projetos de lei foi publicizada.

Por fim, **INDEFIRO** o pedido de ingresso de Jonatan Pazoline Flor Silva e Valdeir Braga Louzeiro na qualidade de *amicus curiae*, visto que o processo se encontra na fase de execução de título judicial consolidado, o que afasta a utilidade e o cabimento da intervenção nesta etapa processual.

Intimem-se. Cumpra-se.

A presente decisão serve como mandado/ofício/notificação.

Mirinzal/MA, *datado e assinado eletronicamente.*

Arianna Rodrigues de Carvalho Saraiva

Juíza de Direito Titular da Comarca da 1ª Vara da Comarca de Pinheiro, Respondendo

